



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício de O.P.M. e Tabellã (01)
de Nota de Emp. de Ribeira
☐ Iracy Duarte de Camargo
☒ Ari de Almeida Camargo

Seção II Do Emprego Temporário ou Eventual

Artigo 12 - Os empregos temporários ou eventuais regidos por Contrato de Trabalho, por prazo determinado, mencionados no Artigo 5º, inciso II, são casos excepcionais que devem ser plenamente justificados e a nível municipal, podem ser:-

- a-) combater surtos endêmicos e epidêmicos;
- b-) atender situações de calamidade pública;
- c-) prejuízo ou perturbação na prestação de serviços públicos essenciais;
- d-) campanha de saúde pública;
- e-) necessidade de pessoal, em decorrência de demissão, exoneração, falecimento ou aposentadoria, nas unidades de prestação de serviços essenciais, quando não exista pessoal concursado, especialmente nas áreas da saúde e educação;
- f-) atender as necessidades do magistério, quando não exista pessoal concursado;
- g-) atender as necessidades de contratação de Médicos e Enfermeiros, quando não exista pessoal concursado;
- h-) executar serviços técnicos profissionais de notória especialidade;
- i-) atender os termos de convênios com recursos federais ou estaduais repassados para o Município;
- j-) atender a outras situações de urgência que vierem a ser definidas em LEI.

§ primeiro - As contratações temporárias ou eventuais não podem recair em servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade administrativa da autoridade contratante, inclusive quanto a devolução dos valores pagos em razão do contrato.

§ segundo - O vencimento ou salário dos servidores, eventualmente contratados, não poderá ser superior ao fixada para os empregos do Quadro Permanente – que desempenham função semelhante.

§ terceiro - A extinção do Contrato Administrativo, quando do emprego temporário, não gera direitos a indenização.